

## CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR

### ATA DA 116ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CODEFAT

**DATA:** 30 de agosto de 2012.

**LOCAL:** Sala de Reuniões, 4º andar, sala 433, Bloco F, Esplanada dos Ministérios.

**PARTICIPANTES:** Marcelo Aguiar dos Santos Sá, Presidente do CODEFAT e Conselheiro Titular Representante do MTE; Rodolfo Péres Torelly, Secretário-Executivo do CODEFAT; Vera Lúcia de Oliveira, Conselheira Titular Representante do MAPA; Paulo Libergott, Conselheiro Titular Representante do BNDES; Manoel Joaquim de Carvalho Filho, Conselheiro Suplente Representante do MF; João Luiz Guadagnin, Conselheiro Suplente Representante do MDA; Quintino Marques Severo, Conselheiro Titular Representante da CUT; Sérgio Luiz Leite, Conselheiro Titular Representante da Força Sindical; Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da UGT; José Gabriel Texeira dos Santos, Conselheiro Titular Representante da NCST; Joilson Antônio Cardoso do Nascimento, Conselheiro Titular Representante da CTB; João Edilson de Oliveira, Conselheiro Suplente Representante da CGTB; Luigi Nese, Conselheiro Titular Representante da CNS; Caio Mario Alvares, Conselheiro Titular Representante da CNT; e, Sebastião Antunes Duarte, Conselheiro Suplente Representante da CNTur. **Convidado:** Washington Luiz Sales, Secretário do Trabalho do Distrito Federal e Representante do FONSET.

1 Aos trinta dias do mês de agosto de dois mil e doze, no Edifício-Sede do Ministério do Trabalho e  
2 Emprego, teve início a Centésima Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo do  
3 Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT, sob a presidência do Conselheiro Titular  
4 Representante do MTE, Sr. Marcelo Aguiar dos Santos Sá. **I – ABERTURA:** O Presidente  
5 cumprimentou os presentes e, em seguida, justificou a ausência do Ministro de Estado do Trabalho  
6 e Emprego, Sr. Carlos Daudt Brizola, que se encontrava no Palácio do Planalto para participar da  
7 reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Na sequência, passou ao subtópico  
8 **I-a - Relato, pelo Secretário-Executivo do CODEFAT, sobre a 114ª Reunião Ordinária do**  
9 **GTFAT, realizada em 23 de agosto de 2012.** O Secretário-Executivo do CODEFAT, Sr. Rodolfo  
10 Péres Torelly, explicou que o relato em referência se tratava de um novo procedimento a ser  
11 adotado a partir da presente data, no sentido de posicionar os conselheiros sobre as principais  
12 discussões ocorridas nas reuniões do GTFAT. Assinalou as sugestões apresentadas na reunião do  
13 GTFAT quanto à proposta de alteração da Resolução nº 467/2005: i) inclusão da expressão  
14 *excepcionalmente*, a fim de registrar caráter de excepcionalidade no momento da entrega de outros  
15 documentos para fins de comprovação de salário, quando não houver registro na base do Cadastro  
16 Nacional de Informações Sociais – CNIS; ii) inclusão da expressão *contracheque*, como forma de  
17 comprovação dos últimos três salários para cálculo do seguro-desemprego; e, iii) inclusão da  
18 expressão *por dia*, quando a forma de percepção de salário não for mensal, pois havia previsão

19 apenas de quinzena, semana ou hora. Prosseguindo, registrou as alterações sugeridas quanto ao  
20 custo aluno-hora: i) inclusão da expressão *adicional*, de modo a permitir custo aluno/hora até 100%  
21 superior ao valor médio aprovado pelo CODEFAT, quando devidamente justificado; e, ii) exclusão  
22 da expressão *aquisição*, haja vista que os recursos do Plano Nacional de Qualificação - PNQ  
23 somente poderiam ser alocados em custeio. Na sequência, o Presidente passou ao tópico **II –**  
24 **APROVAÇÃO DE ATA: ITEM 1 – Atas da 114ª Reunião Ordinária, da 61ª Reunião**  
25 **Extraordinária e da 115ª Reunião Ordinária, realizadas em 25 de abril, 29 de maio e 28 de**  
26 **junho de 2012, respectivamente.** O Presidente indagou se havia alguma observação, em não  
27 havendo, considerou aprovadas as Atas em referência. Em seguida, passou ao tópico **III –**  
28 **ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO: ITEM 2 - Termos Aditivos – TA aos Termos de**  
29 **Alocação de Depósito Especial do FAT – TADE, realizados no período de junho a julho de**  
30 **2012.** O Secretário-Executivo do CODEFAT informou que no período em referência foram  
31 celebrados 2 (dois) TA no montante de R\$420,0 milhões, assim distribuídos: i) BNDES - FAT  
32 Fomentar Micro e Pequena Empresa - R\$270,0 milhões; e, ii) BNDES – PRONAF Investimento –  
33 R\$150,0 milhões. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Vice-Presidente do  
34 CODEFAT e Conselheiro Titular Representante da CNS, Sr. Luigi Nese, indagou sobre como se  
35 dava a disponibilização dos recursos no FAT Fomentar Micro e Pequena Empresa. O Conselheiro  
36 Titular Representante do BNDES, Sr. Paulo Libergott, explicou que os recursos eram  
37 disponibilizados por meio da rede bancária, principalmente através do Cartão BNDES. O Presidente  
38 indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela.  
39 Na sequência, passou ao **ITEM 3 – Proposta de Resolução que altera a Programação Anual da**  
40 **Aplicação dos Depósitos Especiais do FAT para o exercício de 2012 – PDE/2012, de que trata**  
41 **a Resolução nº 684, de 15 de dezembro de 2011.** O Presidente observou que o item em referência  
42 seria apresentado pelos titulares da Coordenação-Geral de Recursos do FAT - CGFAT e da  
43 Coordenação-Geral de Emprego e Renda – CGER. O Coordenador-Geral da CGFAT, Sr. Paulo  
44 César Bezerra de Souza, explicou que a proposta de alteração em tela visava promover o  
45 remanejamento de recursos de programas/linhas de crédito com baixa ou nenhuma execução em  
46 decorrência dos seguintes fatores: i) problemas relacionados ao limite de cobertura do Fundo de  
47 Aval para Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER; ii) pendências referentes à segregação de  
48 contas dos depósitos especiais na CAIXA e na FINEP; e, iii) atraso na implementação da linha de  
49 crédito especial FAT Turismo. Arrazoou que diante do exposto, o MTE pretendia efetuar o  
50 remanejamento de R\$600,0 milhões, na forma a seguir: i) FAT Fomentar – acréscimo de R\$440,0  
51 milhões; ii) PRONAF - acréscimo de R\$140,0 milhões; iii) FAT PNMPO - acréscimo de R\$20,0  
52 milhões; iv) PROGER Urbano - redução de R\$330,0 milhões; v) FAT Turismo - redução de  
53 R\$150,0 milhões; e, vi) FAT Pró-Inovação - redução de R\$120,0 milhões. A Coordenadora-Geral  
54 da CGER, Sra. Lucilene Estevam Santana, relatou que a Avaliação Externa do PROGER havia sido

55 concludida em abril de 2012, acrescentando que se encontrava em elaboração um livro contendo os  
56 resultados da mencionada Avaliação, o qual seria distribuído aos Conselheiros tão logo fosse  
57 finalizado. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro Titular Representante  
58 da Força Sindical, Sr. Sérgio Luiz Leite, ressaltou a importância do processo inclusivo do Abono  
59 Salarial, enquanto política de distribuição de renda no Brasil. Observou que não obstante a  
60 incidência da Desvinculação de Receitas da União – DRU sobre o PIS/PASEP, principal fonte de  
61 receitas do FAT, o Fundo ainda apresentava resultados positivos. Destacou a importância de se  
62 adotar políticas no intuito de reduzir a rotatividade de mão de obra. Ponderou que o CODEFAT  
63 deveria acompanhar o debate sobre a desoneração da folha de pagamento, em especial no que dizia  
64 respeito à contribuição do PIS/PASEP. O Vice-Presidente do CODEFAT arrazoou que a FINEP e a  
65 CAIXA precisariam acelerar o equacionamento dos problemas relativos à segregação de contas dos  
66 depósitos especiais, a fim de atender o público alvo, ressaltando que a FINEP deveria ser convidada  
67 para dar explicações no CODEFAT sobre a não utilização de recursos do FAT no presente  
68 exercício, pois havia grande demanda de financiamento para a inovação. Declarou que não entendia  
69 a redução de recursos proposta no âmbito da linha FAT Turismo, tendo em vista os grandes eventos  
70 esportivos que estavam para ocorrer no País. Enfatizou a importância do controle financeiro  
71 efetuado pela CGFAT, propiciando aos Conselheiros tranquilidade quanto à prestação de contas do  
72 Fundo. O Coordenador-Geral da CGFAT informou que na presente semana já havia ocorrido  
73 reunião com a FINEP, nas dependências do MTE, a fim de buscar solução para os problemas de  
74 segregação de contas, acrescentando que a CAIXA também se encontrava em processo de  
75 negociação com o Ministério visando equacionar as questões relacionadas à segregação. O  
76 Presidente observou que poderia ser apresentada, em qualquer momento, nova proposta de  
77 remanejamento da PDE, de modo que se a FINEP resolvesse as pendências poderia ser atendida  
78 com acréscimo de recursos mediante novo remanejamento. O Conselheiro Titular Representante da  
79 CUT, Sr. Quintino Marques Severo, ponderou que o estudo sobre a rotatividade de mão de obra,  
80 efetuado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE,  
81 sinalizaria possibilidades para reduzir os dispêndios do benefício do seguro-desemprego. Observou  
82 que era conselheiro da FINEP, apontando que lhe causava preocupação o fato de a mesma não  
83 conseguir resolver os problemas relacionados à segregação de contas, devendo ser cobrada a  
84 solucionar suas pendências junto ao MTE. Declarou que considerava importante a proposta de  
85 aumento de recursos para o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO,  
86 acrescentando que seria imprescindível discutir formas de alocação de recursos do FAT para o  
87 cooperativismo. Indagou se a linha de crédito FAT Moto-Frete havia sido excluída. A  
88 Coordenadora-Geral da CGER registrou que o MTE havia iniciado tratativas com o Banco do  
89 Brasil visando atender o setor cooperativista, esclarecendo, quanto à linha FAT Moto-Frete, que a  
90 mesma teve sua vigência expirada em 31 de dezembro de 2011. O Conselheiro Titular

91 Representante da UGT, Sr. Francisco Canindé Pegado do Nascimento, lamentou a ausência de  
92 algum representante da FINEP para justificar os problemas com a segregação de contas,  
93 manifestando-se contrário à proposta de redução de recursos para a Financiadora. Observou que no  
94 dia 4 de setembro do corrente haveria audiência no Senado Federal, pela manhã, e no Ministério da  
95 Fazenda, à tarde, para tratar da desoneração da folha de pagamento, ressaltando que seria  
96 interessante a participação de algum representante do CODEFAT nos referidos eventos. O  
97 Presidente relatou que a FINEP havia sido participada da realização da presente reunião, no entanto,  
98 não encaminhou representante, registrando que seria encaminhado convite a mencionada entidade  
99 para prestar esclarecimentos a respeito da segregação de contas na próxima reunião. O Conselheiro  
100 do BNDES observou que os agentes financeiros encontravam dificuldades na operacionalização de  
101 determinadas linhas de crédito, ponderando que seria necessário melhorar o planejamento durante a  
102 elaboração da proposta de criação de novas linhas, bem como consultar preliminarmente as  
103 instituições financeiras a respeito das questões operacionais. Registrou que o BNDES já atendia o  
104 setor cooperativista, principalmente a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da  
105 Agricultura Familiar – PRONAF. Ponderou que não adiantava atropelar a lógica do sistema  
106 bancário, pois os bancos precisavam dar retorno financeiro, de trabalhar com taxas que cobrissem  
107 os custos, ressaltando a dificuldade de convencer os gerentes das agências, na ponta, a  
108 operacionalizar determinadas linhas de crédito. A Conselheira Titular Representante do MAPA,  
109 Sra. Vera Lúcia de Oliveira, relatou que as cooperativas apresentavam grandes dificuldades para  
110 obter recursos, razão pela qual mereciam ser tratadas com muito carinho pelo CODEFAT,  
111 sugerindo que fossem estudadas maneiras de alocar recursos do FAT para o setor cooperativista.  
112 Observou que o MAPA trabalhava com as cooperativas somente na questão do custeio, não tendo  
113 disponibilidades orçamentárias para alocar recursos em investimentos. O Presidente informou que o  
114 MTE havia conversado com o Ministério do Turismo - MTur, chegando a conclusão que os  
115 recursos para a linha de crédito FAT Turismo, com a redução de recursos proposta, seriam  
116 suficientes para atender a demanda no presente exercício. O Vice-Presidente do CODEFAT sugeriu  
117 que a proposta de remanejamento da PDE fosse aprovada conforme apresentada pelo MTE,  
118 propondo que fosse enviado convite aos agentes financeiros para justificar a falta de execução dos  
119 recursos no âmbito das linhas FAT Turismo e FAT Pró-Inovação, a partir do qual o Conselho  
120 poderia, se fosse o caso, discutir nova proposta de remanejamento de recursos. O Presidente  
121 indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou aprovado o Item em tela,  
122 conforme encaminhamento sugerido pelo Vice-Presidente do CODEFAT. Prosseguindo, passou ao  
123 **ITEM 04 - Proposta de Resolução que altera a de nº 467, de 21 de dezembro de 2005, que**  
124 **estabelece procedimentos relativos à concessão do Seguro-Desemprego.** O Titular da  
125 Coordenação-Geral do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e Identificação Profissional –  
126 CGSAP, Sr. Márcio Alves Borges, informou que a proposta de alteração em tela visava estabelecer,

127 para fins de apuração do benefício seguro-desemprego, que seria considerada a média aritmética  
128 dos salários dos três últimos meses anteriores à dispensa, referentes aos salários de contribuição  
129 informados no CNIS. Declarou que a proposta pretendia, ainda, dispor que na excepcionalidade de  
130 o salário contribuição do trabalhador não constar na base CNIS, esse poderia ser obtido por meio de  
131 um dos documentos a seguir: i) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, atualizada; ii)  
132 contracheque; e, iii) documentos decorrentes de determinação judicial. Relatou que também estava  
133 sendo proposta a inclusão da expressão *dia*, quando a forma de percepção de salário não fosse  
134 mensal, pois havia previsão apenas de quinzena, semana ou hora. O Presidente abriu as inscrições  
135 para manifestação. O Conselheiro da CUT relatou que as Comissões Estaduais e Municipais de  
136 Emprego vinham manifestando preocupação com o baixo investimento na intermediação de mão de  
137 obra - IMO, acrescentando que tinha o mesmo sentimento em relação a essa questão. O Presidente  
138 concordou que havia a necessidade de maiores investimentos em IMO, a fim de propiciar melhor  
139 atendimento ao trabalhador. O Secretário-Executivo do CODEFAT complementou, observando que  
140 no exercício de 2011 havia sido registrado que cerca de 1,6 milhão de postos de trabalho ficaram  
141 sem colocação, destacando a importância de se promover o aumento de investimentos em IMO para  
142 maximizar o aproveitamento das vagas disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Emprego –  
143 SINE. O Vice-Presidente do CODEFAT ponderou que maiores investimentos nas ações de  
144 intermediação de mão, de habilitação ao benefício do seguro-desemprego e de qualificação  
145 profissional contribuiriam para reduzir os dispêndios do FAT e a rotatividade de mão de obra. O  
146 Conselheiro da UGT sugeriu, no que se referia as formas de percepção de salário, que fossem  
147 excluídas as expressões *por semana, quinzena, dia e hora*, arrazoando que todas elas já estariam  
148 contempladas no termo *mensal*. Propôs, para o próximo ano, a realização de um novo congresso  
149 nacional de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, ressaltando que era obrigação do  
150 CODEFAT manter os conselheiros estaduais e municipais com informações e material atualizados.  
151 O Presidente relatou que o MTE se comprometia a elaborar uma proposta para a realização de um  
152 congresso de políticas públicas de emprego, trabalho e renda, devendo ser apresentada ao  
153 CODEFAT. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo, considerou  
154 aprovado o Item em tela com a exclusão das expressões *semana, quinzena, dia e hora*, conforme  
155 proposta apresentada pelo Conselheiro da UGT. Em seguida, passou ao **ITEM 05 - Proposta de**  
156 **Resolução que estabelece o custo aluno hora médio no âmbito do Plano Nacional de**  
157 **Qualificação – PNQ para 2012, e altera o Termo de Referência anexo à Resolução CODEFAT**  
158 **nº 679/2011**. A Titular da Coordenação-Geral de Certificação e Orientação Profissional – CGCOP,  
159 Sra. Mariangela Rodrigues Coelho, relatou que a proposta em tela visava aumentar de R\$9,00 (nove  
160 reais), para R\$10,00 (dez reais), o custo aluno/hora médio a ser observado na execução do PNQ  
161 para instrumentos firmados em 2012, igualando-se assim ao valor de referência do Programa  
162 Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, que foi atualizado para R\$10,00

163 (dez reais) pelo Ministério da Educação - MEC. Observou, quanto ao Termo de Referência anexo à  
164 Resolução CODEFAT nº 679, de 29 de setembro de 2011, que o MTE pretendia acrescentar um  
165 novo inciso ao Capítulo 10, visando estabelecer que poderiam ser firmados, quando devidamente  
166 justificados, instrumentos no âmbito do PNQ considerando um custo aluno/hora médio adicional de  
167 até 100% (cem por cento) do valor aprovado em Resolução do CODEFAT. Declarou que estava  
168 sendo retirada da proposta a expressão *aquisição*, pois conforme havia sido observado no GTFAT,  
169 o PNQ previa alocação de recursos apenas para custeio, e não para investimento. Concluiu,  
170 registrando que o MTE participaria da composição do Conselho Deliberativo de Formação e  
171 Qualificação Profissional, criado através do art. 17 da Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que  
172 instituiu o PRONATEC. O Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT  
173 arrazoou que as centrais sindicais não teriam assento no referido Conselho, informando que havia  
174 sido encaminhada, a Presidenta da República, carta assinada pelos presidentes da CUT, Força  
175 Sindical, UGT, NCST e CTB solicitando que fosse garantida a participação paritária das  
176 representações do Governo, dos trabalhadores, através das centrais sindicais reconhecidas, e dos  
177 empregadores, no Conselho Deliberativo de Formação e Qualificação Profissional. O Vice-  
178 Presidente do CODEFAT indagou se continuaria sendo permitido o custo aluno/hora em dobro para  
179 atendimento das pessoas com deficiência. O Presidente esclareceu que a proposta em tela  
180 contemplava essa questão dos portadores de deficiência, bem como outros cursos que demandavam  
181 custo mais elevado, como era o caso da área de tecnologia. O Conselheiro da CUT relatou que as  
182 comissões de emprego manifestavam grande preocupação pelo fato de não participarem do processo  
183 do PRONATEC, assim como as centrais sindicais. A Coordenadora-Geral da CGCOP assinalou que  
184 o MTE havia encaminhado sugestão para que o Conselho do PRONATEC tivesse composição  
185 tripartite. O Conselheiro Titular Representante da CTB, Sr. Joílson Antônio Cardoso do  
186 Nascimento, declarou que o MTE poderia contar com o apoio do CODEFAT na execução do seu  
187 papel institucional de promover a qualificação profissional, ressaltando que o Ministério também  
188 precisava se impor junto ao Governo Federal no sentido de garantir o protagonismo nessa área.  
189 Arrazoou que o MTE deveria presidir essa matéria da qualificação profissional, cabendo ao MEC se  
190 dedicar à educação formal. O Presidente enfatizou que o Ministro Brizola Neto havia apresentado  
191 ao MEC proposta de gestão tripartite para o PRONATEC. Destacou que o MTE buscaria convidar o  
192 Titular da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - SETEC/MEC para debater no  
193 CODEFAT a questão do PRONATEC. O Conselheiro da CTB recordou que na última reunião o  
194 MTE havia se comprometido a apresentar, na reunião seguinte, esclarecimentos relativos à questão  
195 do convênio e do contrato, no sentido de verificar a possibilidade de vedar a participação de  
196 entidades privadas com fins lucrativos na modalidade de contrato. O Presidente informou que não  
197 havia sido possível concluir o estudo sobre o assunto, devendo ser apresentado ao CODEFAT tão  
198 logo fosse finalizado. O Presidente indagou se havia mais alguma manifestação, em não havendo,

199 considerou aprovado o Item em tela. Em seguida, declarou intervalo de 90 minutos para o almoço.  
200 O Conselheiro da Força Sindical informou que precisaria retornar à cidade de São Paulo para  
201 atender um compromisso, de modo que não poderia participar da presente reunião no período da  
202 tarde. Retomando os trabalhos, o Secretário-Executivo do CODEFAT informou que o Presidente  
203 chegaria um pouco atrasado, de modo que o Vice-Presidente do CODEFAT tomaria a direção da  
204 reunião até o seu retorno. Assim sendo, o Vice-Presidente do CODEFAT passou ao tópico **IV –**  
205 **APRESENTAÇÃO: ITEM 6 - Tema: Aplicação das disponibilidades financeiras do FAT no**  
206 **Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo, BB-Extramercado, pelo Banco do Brasil/BB-**  
207 **DTVM.** O Técnico da BB-DTVM, Sr. Marcelo Rebelo, informou que sua apresentação focaria o  
208 cenário macroeconômico, relatando que a economia brasileira, no primeiro semestre, registrou  
209 crescimento em torno de 0,5%, destacando que projeções indicavam que o segundo semestre teria  
210 resultado mais robusto em função de menores taxas de juros reais e consumo em alta. Declarou que  
211 a indústria era um setor bastante enfraquecido, mas que nos últimos meses vinha conseguindo  
212 reduzir os estoques, devendo voltar a produzir bens. Arrazou que as estimativas apontavam que o  
213 Produto Interno Bruto - PIB deveria fechar o exercício 2012 com elevação de aproximadamente  
214 1,5%, ressaltando que, caso se confirmassem as expectativas, o ano de 2013 registraria crescimento  
215 em torno de 4,8%. Assinalou que a taxa SELIC foi reduzida a 7,5%, havendo sinalização de queda  
216 de mais 0,25%, devendo fechar o ano em 7,25%. Na sequência, o Representante da BB-DTVM, Sr.  
217 Luiz Ayres de Souza Fonseca, explicou que no mês de fevereiro do corrente, por determinação  
218 legal, houve a troca de papéis do FAT Extramercado, de modo que a maior parte dos recursos, que  
219 estavam alocados em Letra Financeira do Tesouro - LFT, passou para o Índice de Mercado da  
220 Andima - IMA-B, que apresentava maior volatilidade. Declarou que até o mês de julho do corrente,  
221 o FAT Extramercado apresentava rentabilidade acumulada de 204,9% do Certificado de Depósito  
222 Interbancário - CDI, ressaltando que o exercício de 2011 havia fechado com rentabilidade  
223 acumulada de 99,4% do CDI. O Presidente retornou à reunião e reassumiu a direção dos trabalhos,  
224 abrindo, em seguida, as inscrições para manifestação. O Vice-Presidente do CODEFAT observou  
225 que as projeções focavam a indústria, que representava apenas 14% da economia, sugerindo que a  
226 BB-DTVM, na próxima apresentação, levasse em conta o setor de serviços, pois era o responsável  
227 pela maior parte dos empregos gerados na economia brasileira. O Representante do FONSET, Sr.  
228 Washington Luiz Sales, indagou se uma instabilidade internacional poderia impactar no resultado  
229 do FAT Extramercado. O Representante da BB-DTVM esclareceu que o Fundo era sensível ao  
230 desempenho da economia mundial, de modo que estaria sujeito ao cenário econômico internacional.  
231 O Conselheiro da UGT ponderou que seria interessante uma apresentação sobre o desempenho do  
232 FAT Extramercado em toda reunião ordinária do CODEFAT. O Vice-Presidente do CODEFAT  
233 arrazou que as apresentações sobre o FAT Extramercado deveriam acontecer apenas na ocorrência  
234 de alguma situação que pudesse refletir em prejuízo para o Fundo. O Presidente recordou que as

235 apresentações da BB-DTVM ocorriam semestralmente, ressaltando que caso houvesse alguma crise  
236 econômica, poderia ser realizada uma apresentação a qualquer tempo, a fim de informar os seus  
237 impactos sobre o FAT Extramercado. O Conselheiro do BNDES observou que o Banco do Brasil  
238 certamente havia levado em conta todos os setores da economia, tendo destacado o setor da  
239 indústria apenas por este se encontrar em uma situação econômica mais difícil no momento, o que  
240 foi corroborado pelo Técnico da BB-DTVM. O Vice-Presidente do CODEFAT assinalou que todas  
241 as apresentações no Conselho focavam a indústria, não obstante o setor de serviços ser o maior  
242 responsável pela recuperação dos empregos. Informou que a China tinha projeto de aumentar em  
243 15% o setor de serviços, ressaltando a necessidade de se olhar com mais carinho esse setor no  
244 Brasil. O Conselheiro da CTB observou que esse dilema da indústria era um fenômeno mundial, em  
245 decorrência da globalização, não sendo privilégio do Brasil. Manifestou preocupação com a  
246 previsão de taxa SELIC de 9,25% para o exercício de 2013, arrazoando que não considerava cabível  
247 o Banco Central do Brasil - BACEN manter a economia com taxa de juros tão elevadas. O  
248 Presidente agradeceu aos Representantes da BB-DTVM e, em seguida, passou ao **ITEM 7 - Tema:**  
249 **PORTAL MAIS EMPREGO: Subitem 7.1 - Apresentação pelo Departamento de Emprego e**  
250 **Salário.** O Coordenador-Geral da CGSAP destacou a migração do sistema da DATAMEC para a  
251 DATAPREV, observando que em 2010, quando iniciou o processo, apenas 30% da rede de  
252 atendimento tinha acesso à *internet*, ressaltando que com a implantação do Portal MTE - Mais  
253 Emprego, toda a rede passou a vislumbrar a possibilidade de acesso *online* aos dados do seguro-  
254 desemprego, da intermediação de mão de obra e da qualificação profissional. Esclareceu que a rede  
255 de atendimento contava com 2.651 unidades e cerca de 14 mil usuários. Declarou que a ferramenta  
256 anterior, denominada de Sistema Integrado de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE, tinha  
257 cadastro apenas de alguns executores e entes federativos, enquanto o Portal apresentava um único  
258 banco de dados dos trabalhadores e empregadores de todo o País, em ambiente *web*, permitindo seu  
259 acesso a partir de qualquer localidade. Listou as principais características do Portal: i) desenvolvido  
260 em plataforma *web*; ii) integração das ações de emprego - solicitação do benefício seguro-  
261 desemprego associada à qualificação profissional e a intermediação de mão de obra; iii)  
262 agrupamento, em um único banco de dados nacional, das informações dos trabalhadores e das vagas  
263 disponibilizadas nas agências de emprego do SINE; iv) integração da rede de agências de  
264 atendimento, sejam unidades do SINE, da SRTE ou agências da CAIXA autorizadas; v) exigência  
265 do encaminhamento de requerentes do seguro-desemprego à vagas disponíveis no SINE, caso exista  
266 compatibilidade entre o perfil da vaga e o perfil do trabalhador; vi) cadastramento unificado do  
267 trabalhador, ou seja, independente de onde o trabalhador requerer o benefício ele poderá ser  
268 intermediado. Declarou que o Portal MTE - Mais Emprego disponibilizava ao trabalhador, via  
269 *internet*, as funcionalidades das ações de SD, IMO e QP, conforme a seguir: 1) acesso a situação do  
270 processo de habilitação e pagamento do benefício seguro-desemprego; 2) preenchimento do



271 cadastro pessoal com possibilidade de gerar e imprimir currículo; 3) possibilidade de atualização do  
272 histórico pessoal e profissional; 4) acesso às vagas disponíveis condizentes com seu perfil  
273 profissional; inclusive de outras regiões; 5) inscrição em processo de seleção, com reserva da vaga  
274 disponibilizada pelo empregador; 7) gestão pessoal do processo de intermediação; 8) acesso aos  
275 cursos de qualificação profissional, no âmbito do PNQ, que estivessem sendo executados na  
276 localidade, além de permitir a indicação/sugestão de cursos na região. Em seguida, apontou as  
277 funcionalidades disponibilizadas aos empregadores: I) envio de requerimentos de seguro-  
278 desemprego extraindo informações diretamente do sistema de folha de pagamento e impressão em  
279 papel comum; II) consulta de trabalhadores inscritos na IMO nos postos do SINE; III) anúncio de  
280 vagas; IV) consulta de currículos segundo o perfil desejado; V) seleção de trabalhadores para  
281 entrevista; VI) gestão do processo de seleção, encaminhamento de trabalhadores e registro do  
282 processo de seleção - resultado; e, VII) seleção de trabalhadores de outras regiões do País, dentro do  
283 perfil da vaga ofertada. O Coordenador-Geral da CGSAP finalizou, registrando que foi  
284 implementado nas principais unidades do SINE das capitais e dos municípios, entre os meses de  
285 abril e agosto do corrente, o processo de matrícula no PRONATEC dos trabalhadores requerentes  
286 do benefício do seguro-desemprego. Em seguida, o Presidente passou para o **Subitem 7.2 -**  
287 **Manifestação da DATAPREV.** O Diretor de Relacionamento, Desenvolvimento e Informações da  
288 DATAPREV, Sr. Rogério Souza Mascarenhas, apresentou um breve histórico da empresa; i)  
289 Missão - fornecer soluções de tecnologia da informação e da comunicação para a execução e o  
290 aprimoramento das políticas sociais do Estado brasileiro; ii) Visão - ser o principal provedor de  
291 soluções tecnológicas para a gestão das informações previdenciárias, trabalhistas, sociais e de  
292 registros civis da população brasileira; e, iii) Negócio - prover soluções que permitam ofertar  
293 serviços públicos de qualidade, com maior agilidade e segurança. Informou que a DATAPREV  
294 tinha 3.515 profissionais, 3 Centros de Processamento (DF, RJ e SP), e 4 Unidades de  
295 Desenvolvimento de Software (RJ, PB, CE e SC). O Diretor da DATAPREV finalizou, relatando  
296 que estavam investindo muito em monitoramento e em ferramentas, visando garantir a robustez e a  
297 estabilidade dos sistemas, destacando que o contrato com o MTE já se configurava como o de  
298 segunda maior relevância para a DATAPREV. Na sequência, o Gerente de Contas da DATAPREV,  
299 Sr. Flavio Sampaio, registrou que em setembro de 2011 foi concluída a implantação do Portal MTE  
300 - Mais Emprego em todo o País, cujo objetivo era facilitar o acesso de empregadores e  
301 trabalhadores ao sistema público de emprego. Destacou que o portal possuía atualmente cerca de 25  
302 milhões de cadastros de trabalhadores, um milhão de cadastros de empregadores e mais de 13 mil  
303 usuários nos postos de atendimento. Relatou os principais desafios para a implantação do Portal: i)  
304 mudança de cultura - inovações do sistema; ii) diversidade de infraestruturas locais; iii) aumentos  
305 sucessivos de demanda no sistema *online*; e, iv) migrações de grandes volumes de dados. Apontou  
306 as principais inovações do Portal: 1) padronização dos processos de atendimento; 2) habilitação

307 *online* do benefício seguro-desemprego; 3) integração *online* com processo de recolocação; 4)  
308 integração *online* com processo de qualificação; 5) integração de bases de dados em nível nacional;  
309 6) automatização de processos e melhorias de eficiência; e, 7) autoatendimento por meio da  
310 internet. Finalizou, registrando a situação atual do Portal: I) estabilização do sistema, desde maio de  
311 2012; II) implementação de evoluções dos sistemas e lançamentos de novas versões; III)  
312 direcionamento de esforços para bases de gestão e mecanismos de combate à fraude; e, IV) projeto  
313 de internalização do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT - SiGOC em andamento. O  
314 Presidente abriu as inscrições para manifestação. O Conselheiro da UGT arrazouo que seria  
315 interessante a elaboração de um comparativo entre os Sistemas desenvolvidos pela DATAMEC e  
316 pela DATAPREV, a fim de verificar as melhorias implementadas. Declarou que esse Portal  
317 representava grande avanço tecnológico, tornando possível se ter um sistema confiável para integrar  
318 as políticas públicas de emprego, trabalho e renda, acrescentando que o MTE ficou durante muito  
319 tempo adstrito ao sistema DATAMEC, que não teve grandes evoluções. Ressaltou a importância de  
320 o Portal se encontrar integrado em nível nacional, permitindo ao trabalhador visualizar vagas de  
321 emprego em qualquer lugar do território brasileiro, apontando que o sistema propiciaria a  
322 modernização dos mecanismos de combate às fraudes. Parabenizou os técnicos da DATAPREV  
323 pelo sucesso tanto na implantação do Portal MTE - Mais Emprego quanto na superação dos  
324 desafios, ponderando que seria importante a DATAPREV se colocar à disposição de todos os  
325 conselheiros para realizar essa apresentação sobre o Portal em outros fóruns, especialmente nas  
326 centrais sindicais. O Presidente concordou que o Portal representava um grande avanço, porém  
327 ressaltou que ainda demandava muitas melhorias, como uma navegação mais amigável. Declarou  
328 que o MTE, na condição de contratante, precisava ser exigente com o processo, observando que o  
329 contrato com a DATAPREV era mais oneroso que o da DATAMEC. O Diretor da DATAPREV  
330 enfatizou a importância da parceria com o MTE, destacando o empenho e o engajamento de toda a  
331 equipe do Ministério para o desenvolvimento e a implementação do Portal. O Vice-Presidente do  
332 CODEFAT registrou que o cumprimento do contrato, e a entrega dos produtos, se constituíam em  
333 obrigação da empresa contratada, ponderando que ainda havia muito a ser realizado, como a  
334 necessidade de modernização da infraestrutura tecnológica da DATAPREV para atender o Portal.  
335 Concordou que se fazia necessário a apresentação de um comparativo entre o sistema da  
336 DATAMEC e da DATAPREV, a fim de verificar se a migração de uma empresa para a outra havia  
337 gerado melhorias do produto. O Vice-Presidente do CODEFAT concluiu, efetuando as seguintes  
338 solicitações: i) as novas funcionalidades que estavam sendo realizadas; e, ii) se os investimentos em  
339 curso pela DATAPREV supririam a necessidade tecnológica do MTE, no sentido de promover a  
340 integração e a rapidez das informações junto ao usuário final. O Diretor da DATAPREV explicou  
341 que estavam em processo de modernização, com mudança de plataforma. Relatou que o contrato da  
342 DATAPREV tinha preço superior ao da DATAMEC em razão da natureza dos serviços serem

343 diferentes, como a integração em tempo real, e também em função de contemplar Unidades da  
344 Federação que não estavam no outro contrato, como os casos de São Paulo e Paraná, que  
345 representavam cerca de 45% do volume de informações da intermediação de mão de obra. O  
346 Conselheiro da CUT parabenizou a DATAPREV pela apresentação, destacando que as empresas  
347 públicas também tinham competência para desenvolver produtos de qualidade. Ressaltou o esforço  
348 empreendido pelo Vice-Presidente, enquanto Presidente do Conselho no biênio 2009/2011, no  
349 sentido de finalizar o Sistema de Gestão do FAT - SIGFAT, o que ainda não havia ocorrido até o  
350 presente momento. Indagou se os Conselheiros teriam acesso a todas as informações do Portal. O  
351 Coordenador-Geral da CGSAP informou que poderia ser dado acesso à consulta à base de gestão. O  
352 Secretário-Executivo do CODEFAT complementou, observando que talvez fosse possível dar o  
353 acesso aos Conselheiros a partir do Sistema de Gestão Operacional do CODEFAT – SiGOC, que se  
354 encontrava em fase de desenvolvimento. O Coordenador-Geral da CGSAP solicitou um aparte para  
355 registrar a importância da equipe técnica do MTE envolvida no processo de desenvolvimento e de  
356 implantação do Portal, a qual se apropriou dos conhecimentos e colocou-os em prática, atendendo  
357 recomendação do Tribunal de Contas da União – TCU e do Ministério Público no sentido de  
358 internalizar a expertise do sistema no órgão contratante, bem como destacou a importância dos  
359 trabalhos realizados pela equipe da DATAMEC, que desenvolveu ótimos serviços para o MTE,  
360 segundo possibilidades contratuais vigentes à época. O Vice-Presidente do CODEFAT parabenizou  
361 a equipe do MTE pelas informações prestadas à DATAPREV, ressaltando que nenhum sistema  
362 informatizado lograva êxito sem a colaboração dos seus usuários. O Gerente da DATAPREV  
363 enfatizou a necessidade de o MTE promover a melhoria da infraestrutura tecnológica na ponta. O  
364 Secretário-Executivo do CODEFAT observou que o Portal MTE - Mais Emprego era um sistema  
365 totalmente diferente do anterior, ressaltando que o contrato com a DATAMEC apresentava uma  
366 série de amarras até em função de Termo de Ajuste de Conduta - TAC. Reconheceu que havia  
367 deficiências de infraestrutura de informática nos postos do SINE, acrescentando que após a  
368 ocorrência de frequentes quedas de sinal conseguiram estabilizar o Portal. Arrazou que o Portal  
369 ainda demandava evoluções, ficando o MTE com o dever de buscar melhorar a rede de dados do  
370 SINE. O Presidente declarou que como gestor nunca estaria satisfeito com um produto que poderia  
371 ser melhorado, ponderando que na condição de contratante sempre cobraria evoluções do Portal.  
372 Agradeceu aos Representantes da DATAPREV e, em seguida, passou ao **ITEM 8 - Tema:**  
373 **PROCESSO OPERACIONAL DE REGISTRO DE PESCADORES:** O Presidente informou  
374 que haveria uma inversão de pauta, haja vista que o Sr. Abraão Lincoln precisaria se retirar em  
375 breve para atender outro compromisso, passando ao **Subitem 8.2 - Manifestação da Confederação**  
376 **dos Pescadores, pelo Presidente, Sr. Abraão Lincoln.** O Presidente da Confederação Nacional  
377 dos Pescadores e Aquicultores – CNPA, Sr. Abraão Lincoln, destacou a importância da qualificação  
378 profissional para o setor da pesca artesanal, ressaltando que essa ação se tornaria um filtro natural

379 para identificar os verdadeiros pescadores. Ponderou que durante muito tempo conviveram com  
380 atrasos na emissão do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP por parte do Ministério da  
381 Pesca e Aquicultura – MPA, implicando em inúmeras solicitações ao CODEFAT de prorrogação de  
382 prazo para habilitação ao seguro-desemprego nos períodos de defeso. Declarou que acreditava na  
383 adesão dos pescadores aos programas de qualificação profissional, arrazoando que se não fosse  
384 possível cobrir todo o território nacional, que se procurasse atender pelo menos as dez Unidades da  
385 Federação com o maior número de inscritos no RGP. O Presidente da CNPA finalizou, agradecendo  
386 ao MTE e ao CODEFAT por toda a atenção dispensada aos assuntos relacionados aos pescadores  
387 artesanais. O Presidente agradeceu ao Presidente da CNPA e, em seguida, passou ao **Subitem 8.1 -**  
388 **Apresentação pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA.** O Titular da Secretaria de  
389 Monitoramento e Controle da Pesca e Aquicultura – SEMOC/MPA, Sr. Américo Ribeiro Tunes,  
390 explicou que o RGP foi instituído há 45 anos pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e  
391 ratificado pela Lei nº 11.959, de 26 de junho de 2009, conhecida como a nova lei da pesca, tendo  
392 por objetivo gerir a atividade pesqueira no país, por meio do registro, monitoramento, controle e  
393 fiscalização, consumados pelo cadastro de categorias distintas e complementares, o qual era  
394 outorgado por atos administrativos de concessão, permissão, autorização e licença. Listou as  
395 iniciativas adotadas pelo MPA para a modificação dos procedimentos e instrumentos do RGP na  
396 categoria de pescador profissional artesanal: I) publicação da Instrução Normativa MPA nº 02, de  
397 12 de abril de 2012, que prorrogou, até 31/12/2012, a validade de todas as Licenças de Pescador  
398 Profissional Artesanal inscritos e com situação ativa no RGP; II) publicação de Decreto com o novo  
399 procedimento do RGP; III) recadastramento do Pescador Profissional Artesanal com visita *in loco* e  
400 apoio das forças Armadas; e, IV) alteração da Instrução Normativa MPA nº 02, de 25 de janeiro de  
401 2011, nos seguintes pontos: IV-a) criação da categoria de Registro de Pescador Profissional  
402 Artesanal com vínculo empregatício e sem vínculo empregatício; IV-b) extinção da licença inicial;  
403 IV-c) estabelecimento de validade por tempo indeterminado à Licença de Pescador Profissional  
404 Artesanal; e, IV-d) determinação de exigência de comprovação anual de exercício profissional.  
405 Informou que atualmente havia 992.656 pescadores profissionais registrados, distribuídos conforme  
406 a seguir: i) Região Nordeste – 473.075; ii) Região Norte – 357.472; iii) Região Sudeste – 82.600;  
407 iv) Região Sul – 62.105; e, v) Região Centro-Oeste – 17.704. Declarou que havia sido firmado  
408 acordo de cooperação técnica com a CNPA a fim de permitir que suas federações e colônias de  
409 pescadores, devidamente registradas no MTE, pudessem recepcionar documentação para  
410 encaminhamento ao MPA visando à emissão de RGP, podendo inclusive efetuar a entrega das  
411 carteiras aos pescadores. Relatou que o MPA estava trabalhando na regionalização da emissão de  
412 carteira de pescador, tendo por objetivo assegurar cadastro confiável de que o cidadão realmente era  
413 pescador artesanal, devendo ser disponibilizado ao MTE para consulta. Declarou que o MPA  
414 buscava fortalecer as representações de pescadores, desde que devidamente registradas no MTE,

415 desejando contribuir com o Conselho no sentido de disponibilizar o seguro-desemprego pescador  
416 artesanal a quem de direito. O Secretário da SEMOC finalizou, observando que os pescadores  
417 poderiam ser representados por qualquer federação ou colônia de pescadores, desde que registradas  
418 no MTE, sendo-lhes permitidas firmar acordo de cooperação técnica com o MPA. O Presidente  
419 abriu as inscrições para manifestação. O Vice-Presidente do CODEFAT parabenizou o MPA pelas  
420 medidas adotadas para identificar os verdadeiros pescadores artesanais. Questionou como se daria a  
421 comprovação da atividade pesqueira, acrescentando que avaliava positivamente a regionalização,  
422 devendo cada pescador atuar em sua região. O Conselheiro da CUT indagou se as colônias de  
423 pescadores seriam consideradas como entidades representativas. O Conselheiro da UGT assinalou  
424 que o acordo de cooperação do MPA com a CNPA era restritivo, contrariando o que foi colocado  
425 pelo próprio Secretário, o qual afirmou que qualquer entidade registrada no MTE poderia  
426 representar os pescadores, ressaltando a necessidade de ficar claro que outras entidades e  
427 confederações poderiam exercer esse papel de representação do pescador. Registrou que colônia de  
428 pescadores não era sindicato, sendo vinculada a outra instância superior. O Secretário da SEMOC  
429 esclareceu que o relatório de atividade pesqueira se constituía em documento com informações  
430 técnicas, em especial sobre os apetrechos utilizados pelo pescador no exercício das tarefas de pesca  
431 e as espécies capturadas. Declarou que as colônias de pescadores, independentemente das questões  
432 sindicais, poderiam representar o pescador nas questões relacionadas ao RGP, inclusive  
433 assegurando que se tratava de pescador profissional artesanal. Explicou, quanto à CNPA, que não se  
434 configurava um acordo de exclusividade, podendo ser firmado com qualquer entidade constituída  
435 legalmente, acrescentando que o MPA tinha por objetivo celebrar acordos de cooperação técnica  
436 com o máximo possível de entidades representativas de pescador profissional artesanal. O  
437 Presidente agradeceu ao Secretário da SEMOC e, na sequência, passou ao **ITEM 9 - Tema: Lei nº**  
438 **12.288, de 20 de julho de 2010 – “Art. 40. O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao**  
439 **Trabalhador (CODEFAT) formulará políticas, programas e projetos voltados par a inclusão da**  
440 **população negra no mercado de trabalho e orientará a destinação de recursos para seu**  
441 **financiamento”**, pelo Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial – INSPIR. O  
442 Presidente do INSPIR, Sr. Ramatis Jacino, agradeceu ao Conselheiro da CUT por ter efetuado o  
443 encaminhamento da demanda do Instituto ao CODEFAT. Explicou que o INSPIR tinha por objetivo  
444 fortalecer a luta pela igualdade racial nas relações de trabalho e fomentar intercâmbios e ações  
445 conjuntas entre sindicalistas brasileiros, norte-americanos e latino-americanos. Listou as principais  
446 conquistas do Instituto: i) elaboração e divulgação do *Mapa da População Negra no Mercado de*  
447 *Trabalho*, em parceria com DIEESE; ii) coordenação de um programa de formação sindical  
448 destinado a preparar dirigentes sindicais para o debate sobre promoção da igualdade racial; iii)  
449 Projeto Trabalho Doméstico Cidadão, em parceria com o MTE, o MEC, a Secretaria de Políticas de  
450 Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR e a Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

451 - FENATRAD, para formar trabalhadoras domésticas de base e dirigentes sindicais, cuja categoria  
452 congregava mais de 80% de mulheres negras; e, iv) elaboração de cláusulas de promoção da  
453 igualdade e a introdução de tais cláusulas em acordos e convenções coletivas de trabalho.  
454 Prosseguindo, apresentou as seguintes sugestões: I) retomada das atividades da Comissão Tripartite  
455 de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de Gênero e de Raça no Trabalho, instituída no âmbito  
456 do MTE, por Decreto de 20 de agosto de 2004, do qual o INSPIR era membro, ressaltando que  
457 desde o início da atual gestão nunca havia sido convocado para nenhuma reunião; e, II) elaboração  
458 de uma campanha publicitária nacional, em parceria com o INSPIR e as centrais sindicais  
459 representadas no CODEFAT, condenando a discriminação racial nas relações de trabalho e  
460 promovendo o respeito à diversidade étnica. O Presidente do INSPIR finalizou, propondo que o  
461 CODEFAT deliberasse que a Comissão Tripartite, em parceria com o Grupo de Apoio Técnico do  
462 CODEFAT – GTFAT elaborasse: 1) edital de contratação de empresa ou entidade sem fins  
463 lucrativos para realizar pesquisa acerca da presença de trabalhadores (as) negros (as) nas empresas,  
464 sua condição hierárquica, nível salarial, condições de trabalho, de escolaridade, etc; 2) cursos de  
465 formação e qualificação profissional tendo como público alvo adolescentes e jovens negros, de  
466 ambos os sexos; e, 3) edital, nos termos do programa Brasil Gênero e Raça, para contratar entidades  
467 sindicais, universidades ou entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, para elaboração de um  
468 curso com as seguintes características: 3-a) público alvo - gerentes e chefes de recursos humanos e  
469 dos setores da produção das empresas; 3-b) objetivo - abordar as raízes ideológicas e históricas do  
470 racismo e da discriminação racial e explicitar as vantagens de promoção da igualdade racial nas  
471 relações de trabalho; e; 3-c) conteúdo - aspectos das formulações ideológicas do racismo, história  
472 dos trabalhadores negros no Brasil, direitos trabalhistas, convenções da Organização Internacional  
473 do Trabalho - OIT, acordos coletivos que contemplam a promoção da igualdade racial, danos psico  
474 sociais da discriminação racial e iniciativas dos setores público e privado na promoção da igualdade  
475 racial. O Presidente indagou se já havia sido realizada reunião da Comissão Tripartite no MTE. A  
476 Assessora do INSPIR, Sra. Ana Cristina dos Santos Duarte, informou que ocorreram algumas  
477 reuniões da Comissão Tripartite, o que fazia algum tempo, necessitando ser reativada. O  
478 Conselheiro da CUT agradeceu ao Secretário-Executivo do CODEFAT por ter pautado o assunto,  
479 ressaltando que o Conselho deveria trabalhar no sentido de atender o público negro, acrescentando  
480 que as políticas públicas de emprego, trabalho e renda deveriam dar enfoque à qualificação  
481 profissional e empregabilidade desse público. O Conselheiro da CTB assinalou que poderia ser  
482 efetuado um trabalho em parceria com todas as Centrais Sindicais visando combater a  
483 discriminação racial no País, ressaltando a importância de se promover políticas públicas, inclusive  
484 financiadas com recursos do FAT, para atenuar as suas causas na sociedade brasileira. O  
485 Conselheiro da UGT observou que a formulação das políticas do FAT estabelecia a destinação de  
486 uma parcela de recursos para atendimento a população vulnerável, inclusive para os negros, no

487 entanto, não era condizente com o tamanho da população negra existente no País. Observou que  
488 faltou ao INSPiR propor o seguinte: *Olha, nós queremos realmente que seja examinada, seja*  
489 *reformulada essa porcentagem e aumentar para que a população negra tenha dentro das políticas*  
490 *públicas de emprego, em especial de qualificação de mão de obra, mais recursos destinados a*  
491 *atender a essa clientela.* Declarou que considerava importante reativar a Comissão Tripartite para  
492 discutir a questão da igualdade racial, acrescentando que o CODEFAT teria condições de formular  
493 políticas públicas de emprego, trabalho e renda focadas na população negra. O Presidente informou  
494 que o MTE buscava reativar a Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e Tratamento de  
495 Gênero e de Raça no Trabalho, a partir da convocação de uma nova reunião, mediante consulta as  
496 representações a fim de verificar se continuariam os mesmos membros, visando debater as  
497 propostas apresentadas pelo INSPiR na presente reunião, devendo, na sequência, retornar ao  
498 CODEFAT para discussão. Agradeceu aos Representantes do INSPiR e, em seguida, passou ao V –  
499 **OUTROS ASSUNTOS: ITEM 10 - Entrega dos seguintes documentos: Boletim de**  
500 **Informações Financeiras do FAT – 3º Bimestre de 2012; Relatório da Execução da PDE –**  
501 **REL-PDE; Periódico INFORME PROGER – Dados até junho 2012; e, Posicionamento da**  
502 **CGI/MTE sobre o desenvolvimento do SIGFAT.** O Presidente relatou que os documentos em  
503 referência se encontravam na mídia digital distribuída a cada Conselheiro no início dos trabalhos.  
504 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e esgotada a Pauta, o Presidente deu por  
505 encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos. E, para constar, eu, Rodolfo Péres Torelly,  
506 Secretário-Executivo do CODEFAT, lavrei a presente Ata que, após aprovada, será assinada pelo  
507 Presidente do CODEFAT, demais membros do Colegiado e por mim.

MARCELO AGUIAR DOS SANTOS SÁ  
Presidente do CODEFAT e  
Conselheiro Titular Representante do MTE

\_\_\_\_\_

RODOLFO PÉRES TORELLY  
Secretário-Executivo do CODEFAT

\_\_\_\_\_

VERA LÚCIA DE OLIVEIRA  
Conselheira Titular Representante do MAPA

\_\_\_\_\_

PAULO LIBERGOTT  
Conselheiro Titular Representante do BNDES

\_\_\_\_\_

MANOEL JOAQUIM DE CARVALHO FILHO  
Conselheiro Suplente Representante do MF

\_\_\_\_\_

JOÃO LUIZ GUADAGNIN  
Conselheiro Suplente Representante do MDA

\_\_\_\_\_

QUINTINO MARQUES SEVERO  
Conselheiro Titular Representante da CUT

---

SÉRGIO LUIZ LEITE  
Conselheiro Titular Representante da Força Sindical

---

FRANCISCO CANINDÉ PEGADO DO NASCIMENTO  
Conselheiro Titular Representante da UGT

---

JOSÉ GABRIEL TEXEIRA DOS SANTOS  
Conselheiro Titular Representante da NCST

---

JOÍLSON ANTÔNIO CARDOSO DO NASCIMENTO  
Conselheiro Titular Representante da CTB

---

JOÃO EDILSON DE OLIVEIRA  
Conselheiro Suplente Representante da CGTB

---

LUIGI NESE  
Conselheiro Titular Representante da CNS

---

CAIO MARIO ALVARES  
Conselheiro Titular Representante da CNT

---

SEBASTIÃO ANTUNES DUARTE  
Conselheiro Suplente Representante da CNTur

---